

DESAFIOS À PERMANÊNCIA E ÊXITO ESTUDANTIL DE MÃES NO ENSINO SUPERIOR: UMA REVISÃO DA LITERATURA (2021-2026)

Jéssica Simões de Oliveira¹
Orleyson Cunha Gomes²

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão bibliográfica dos últimos cinco anos (2021 a 2026), as principais dificuldades enfrentadas pelas alunas-mães para se manterem e concluírem sua formação no ensino superior brasileiro. Parte-se do pressuposto de que a maternidade, quando vivenciada durante a graduação, impõe às discentes uma sobreposição de papéis sociais que raramente encontra amparo suficiente nas estruturas institucionais das universidades. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa e natureza exploratória, tendo sido consultados artigos científicos, teses, dissertações, documentos oficiais e normativas do Ministério da Educação publicados entre 2021 e 2026, localizados principalmente em bases como Scielo, Google Acadêmico e repositórios institucionais. Os resultados evidenciam que as principais barreiras enfrentadas pelas alunas-mães dizem respeito à sobrecarga de tarefas decorrente da conciliação entre maternidade, estudos e, em muitos casos, trabalho remunerado; à insuficiência de infraestrutura de cuidado nos campi, como creches e espaços de amamentação; à rigidez de calendários e avaliações acadêmicas; e à ausência ou fragilidade de políticas institucionais específicas de permanência materna, fatores que, associados, contribuem para o adoecimento físico e emocional dessas estudantes e para índices elevados de trancamento e evasão. Conclui-se que, apesar de avanços legais recentes, a permanência das alunas-mães no ensino superior ainda depende, majoritariamente, de estratégias individuais de enfrentamento, sendo urgente a consolidação de políticas públicas e institucionais que reconheçam a maternidade como uma condição estrutural a ser considerada na gestão acadêmica.

1

Palavras-chave: Maternidade estudantil. Permanência no ensino superior. Evasão acadêmica. Assistência estudantil. Alunas-mães.

1 INTRODUÇÃO

A expansão do acesso ao ensino superior brasileiro, impulsionada nas últimas duas décadas por políticas de ações afirmativas, pelo Sistema de Seleção Unificada e por programas como o Prouni e o Fies, ampliou significativamente a presença de grupos historicamente

¹ Pós-graduada em Gestão estratégica em seguro e Pós-graduanda em Docência do Ensino Superior. Autora - Centro Universitário Fametro.

² Doutor em Ciências Ambientais e Sustentabilidade - professor orientador - Centro Universitário Fametro.

excluídos das universidades, entre eles mulheres oriundas de camadas populares, mães solteiras, chefes de família e trabalhadoras. Entretanto, a democratização do acesso não tem sido acompanhada, na mesma proporção, pela democratização das condições necessárias à permanência e à conclusão dos cursos (MOURA, 2026). Entre as estudantes que vivenciam de modo mais intenso essa contradição encontram-se as alunas-mães, isto é, mulheres que engravidam ou já são mães durante a graduação e que, por essa condição, passam a conciliar cotidianamente as exigências acadêmicas com os cuidados maternos e, em muitos casos, com o trabalho remunerado.

Estudos clássicos sobre o tema, como o de Urpia e Sampaio (2009), já apontavam que a universidade brasileira foi historicamente estruturada a partir do modelo do estudante com dedicação exclusiva, sem vínculos de cuidado, o que torna a trajetória da aluna-mãe uma experiência de constante negociação entre papéis sociais dificilmente conciliáveis. Passados mais de quinze anos, pesquisas recentes confirmam que essa lógica institucional persiste, ainda que os movimentos de mães universitárias e os coletivos materno-estudantis venham conquistando visibilidade e protagonismo na discussão pública sobre o tema (MOURA, 2026).

O ingresso cada vez maior de mulheres no ensino superior não eliminou as desigualdades de gênero que atravessam a experiência universitária. Ainda que sejam hoje maioria em diversos cursos de graduação, as mulheres continuam realizando trajetórias educacionais marcadas por obstáculos específicos, relacionados à divisão desigual do trabalho doméstico e do cuidado com os filhos. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, referida por Cunha e Paiva (2024), as mulheres dedicam, em média, quase o dobro do tempo que os homens às atividades domésticas não remuneradas, uma assimetria que se intensifica quando há filhos pequenos e que impacta diretamente a disponibilidade de tempo para os estudos.

Levantamento nacional conduzido pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria do Ministério da Educação nº 2.005, de 14 de novembro de 2023, e concluído em 2026, ouviu 7.648 estudantes com filhos em todas as regiões do país e revelou que 86,52% dos respondentes que assumem a responsabilidade principal pelo cuidado das crianças são mulheres, que 55,4% dos participantes apontam a falta de políticas de apoio institucional como principal dificuldade e que 66,2% das instituições públicas de ensino superior não dispõem de espaços de apoio às famílias estudantis (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2026). Esses números evidenciam que a maternidade, embora frequente entre o corpo discente, permanece, em grande medida,

invisível à gestão acadêmica e às políticas de assistência estudantil, o que justifica a relevância social e acadêmica de investigar, com maior profundidade, as dificuldades enfrentadas por essas estudantes.

Este trabalho, originalmente concebido para abordar de forma mais ampla a relação entre a docência no ensino superior e a maternidade estudantil, teve seu escopo delimitado, por orientação metodológica, exclusivamente às dificuldades enfrentadas pelas alunas-mães para se manterem e se formarem na graduação, sem que se aprofundem, neste momento, as estratégias didáticas docentes voltadas ao acolhimento dessas discentes. Tal delimitação permite um exame mais detido dos fatores que, direta ou indiretamente, comprometem a permanência dessas estudantes, contribuindo para a construção de um panorama atualizado sobre o tema.

Diante do exposto, o presente artigo tem como objetivo geral analisar, por meio de revisão bibliográfica dos últimos cinco anos (2021 a 2026), as principais dificuldades enfrentadas pelas alunas-mães para se manterem e concluírem sua formação no ensino superior brasileiro. Como objetivos específicos, busca-se identificar, na literatura nacional recente, os fatores que dificultam a permanência dessas estudantes na graduação; discutir o papel das políticas de assistência estudantil e da legislação vigente na promoção da permanência materna; e analisar os impactos da maternidade estudantil sobre a saúde física e emocional das discentes e sobre os índices de evasão e conclusão de curso.

3

Para tanto, o artigo está organizado, além desta introdução, em um referencial teórico que situa a maternidade estudantil no contexto do ensino superior brasileiro, discute as principais barreiras à permanência identificadas na literatura e apresenta o panorama legal e institucional vigente; uma seção metodológica, que descreve os procedimentos adotados na revisão bibliográfica; uma seção de resultados e discussão, que sintetiza e articula os achados dos estudos analisados; e, por fim, as considerações finais, nas quais são retomados os principais achados e apontados caminhos para pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Maternidade e Ensino Superior no Brasil: um Panorama

O ingresso das mulheres no ensino superior brasileiro consolidou, ao longo das últimas décadas, a reversão do histórico hiato de gênero no acesso à educação, de modo que, atualmente,

as mulheres constituem a maioria do corpo discente em praticamente todas as áreas do conhecimento. Contudo, Urpia e Sampaio (2009) já observavam que essa maior presença numérica não significa que homens e mulheres percorram trajetórias educacionais equivalentes, uma vez que persistem diferenças relacionadas às saídas profissionais, à concentração em determinadas áreas e, sobretudo, às condições concretas de permanência, entre as quais se destaca a maternidade.

A maternidade vivenciada durante a graduação constitui, nesse sentido, um marcador que distingue as trajetórias das alunas-mães das demais estudantes, na medida em que impõe responsabilidades de cuidado que não encontram correspondência na organização tradicional da vida universitária, pensada, historicamente, para um perfil discente sem vínculos familiares que demandem tempo e disponibilidade constantes. Cunha e Paiva (2024) argumentam que, embora as políticas de ações afirmativas tenham ampliado o acesso de populações vulneráveis, entre elas mulheres negras, indígenas e de origem popular, tais políticas não garantem, por si mesmas, a permanência e a conclusão dos cursos, sobretudo quando se trata de discentes que vivenciam simultaneamente a gestação, o puerpério ou a criação de filhos pequenos.

Pesquisa realizada por Sousa (2023) com estudantes mães em um campus universitário do interior do Maranhão evidenciou que a conciliação entre maternidade e vida acadêmica é percebida pelas próprias discentes como uma tarefa exigente e desgastante, que demanda a criação constante de estratégias pessoais de organização do tempo e de divisão de tarefas domésticas, muitas vezes sem qualquer tipo de suporte institucional formal. Resultado semelhante foi encontrado por Cunha e Paiva (2024) em universidade pública cearense, onde a maternidade aparece associada a processos de exclusão que se somam a outros marcadores sociais, como raça, nacionalidade e classe, compondo aquilo que as autoras descrevem como uma experiência interseccional de desigualdade.

Diante desse cenário, tem crescido, nos últimos anos, a organização de coletivos formados por mães e pais universitários em diferentes instituições brasileiras. Moura (2026) demonstra que esses coletivos surgem como resposta às lacunas das políticas institucionais de permanência, constituindo espaços de apoio mútuo, de produção de pertencimento e de reivindicação política, que têm contribuído para colocar a pauta da permanência materna na agenda de gestores universitários e de órgãos governamentais. Ainda segundo a autora, a experiência de mães universitárias de primeira geração é atravessada por um modelo acadêmico

rigidamente meritocrático e produtivista, que tende a desconsiderar as exigências do cuidado e a penalizar quem não consegue corresponder a um ritmo de dedicação integral aos estudos.

A literatura especializada em permanência estudantil também contribui para a compreensão do fenômeno das alunas-mães. Heringer (2022) destaca que a permanência no ensino superior público brasileiro não pode ser reduzida à dimensão financeira, envolvendo igualmente aspectos pedagógicos, simbólicos e relacionais, como o sentimento de pertencimento à instituição, o acompanhamento acadêmico e o apoio psicossocial. Sob essa perspectiva, ampliar o acesso sem investir em mecanismos de acompanhamento e suporte tende a produzir, paradoxalmente, mais um contingente de estudantes que ingressam na universidade, mas que não conseguem nela permanecer, entre os quais as alunas-mães figuram de forma expressiva.

2.2 As Principais Barreiras à Permanência das Alunas-Mães

A revisão da literatura produzida entre 2021 e 2026 permite organizar as principais dificuldades enfrentadas pelas alunas-mães em três grandes eixos, quais sejam, barreiras burocráticas, barreiras infraestruturais e barreiras sociais, conforme proposto por Cunha e Paiva (2024) a partir de pesquisa-ação realizada com estudantes mães de uma universidade pública cearense.

5

No que se refere às barreiras burocráticas, destaca-se a dificuldade de acesso e de tramitação do regime de exercícios domiciliares previsto pela Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, direito que assegura à estudante gestante a possibilidade de realizar atividades acadêmicas em domicílio durante determinado período. Cunha e Paiva (2024) relatam que, na prática, a concessão desse regime é frequentemente obstaculizada por entendimentos divergentes entre coordenações de curso e setores de assistência estudantil, o que gera insegurança e sobrecarga emocional às discentes justamente em um momento de maior vulnerabilidade física.

As barreiras infraestruturais dizem respeito à ausência, nos campi universitários, de espaços adequados de acolhimento a crianças, como creches, fraldários e salas de amamentação, bem como à inacessibilidade física de determinados ambientes para gestantes e mães com crianças de colo. Rodrigues (2026), em revisão integrativa da literatura produzida entre 2019 e 2025, identifica que a falta de creche universitária figura entre os fatores mais recorrentemente apontados pelas alunas-mães como obstáculo à permanência, ao lado da rigidez de prazos

acadêmicos e da insuficiência de políticas institucionais de apoio. Segundo a autora, esses fatores contribuem para reprovações, trancamentos de disciplinas e, em situações mais graves, para o abandono definitivo do curso.

As barreiras sociais, por sua vez, relacionam-se aos estigmas e preconceitos vivenciados pelas alunas-mães no cotidiano universitário, que incluem desde a desaprovação, por parte de docentes e colegas, da presença de crianças em sala de aula, até a percepção, relatada por estudantes entrevistadas por Cunha e Paiva (2024), de que a maternidade e a vida acadêmica seriam esferas incompatíveis, de modo que a simples presença de uma mãe com seu filho no ambiente universitário seria vista como um desvio da norma. Tais estigmas favorecem o isolamento social dessas discentes, dificultando a construção de redes de apoio entre pares e comprometendo, conseqüentemente, o desempenho acadêmico e o bem-estar emocional.

Complementarmente, o levantamento de Antloga et al. (2023), realizado junto a mães universitárias de diferentes instituições brasileiras, evidencia que essas estudantes relatam prejuízos físicos, psíquicos e sociais decorrentes da sobreposição constante entre o trabalho de cuidado, os estudos e, em muitos casos, o trabalho remunerado. As autoras destacam que a dupla ou tripla jornada compromete a qualidade do sono, a alimentação e o tempo disponível para o lazer e o convívio social, favorecendo quadros de esgotamento físico e emocional.

6

No campo da saúde mental, a pesquisa de Araújo (2026) sobre vivências de depressão em mães universitárias reforça que a sobrecarga de papéis, associada à ausência de suporte institucional e, muitas vezes, também familiar, constitui fator de risco relevante para o adoecimento psíquico dessas estudantes. A autora ressalta que os sintomas depressivos, quando não identificados e acolhidos pela instituição, tendem a agravar as dificuldades de concentração e de desempenho acadêmico, retroalimentando o ciclo de desmotivação e de risco de evasão.

Do ponto de vista socioeconômico, dados sistematizados pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis já indicavam, mesmo antes do recorte temporal desta revisão, que a maior parte das estudantes mães em instituições federais de ensino superior integra famílias monoparentais e depende de auxílios estudantis como principal fonte de renda (FONAPRACE, 2019). Esse cenário de vulnerabilidade socioeconômica se aprofunda quando a estudante precisa arcar com despesas relacionadas ao cuidado infantil, como alimentação, saúde e, eventualmente, contratação de terceiros para cuidar da criança durante o horário das aulas,

tornando a permanência na universidade uma equação financeira frequentemente inviável sem apoio institucional consistente.

Observa-se, portanto, que as dificuldades enfrentadas pelas alunas-mães não decorrem de um único fator isolado, mas de uma combinação de elementos burocráticos, infraestruturais, sociais, emocionais e financeiros que se retroalimentam, produzindo um quadro de vulnerabilidade acumulada. Essa constatação, presente de forma recorrente na literatura consultada, reforça a necessidade de políticas de permanência que articulem diferentes frentes de atuação, em vez de intervenções pontuais e desarticuladas.

2.3 Políticas Públicas e Legislação de Proteção à Maternidade Estudantil

O arcabouço legal brasileiro relacionado à proteção da maternidade no âmbito educacional é, historicamente, mais consolidado na educação básica do que no ensino superior. A Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, permanece como um dos principais instrumentos normativos ao assegurar à estudante gestante o direito ao regime de exercícios domiciliares, medida pensada, à época, para o contexto da educação básica, mas estendida, por interpretação, ao ensino superior.

No campo da assistência estudantil, o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil, o PNAES, com o objetivo de viabilizar a igualdade de oportunidades entre os estudantes e de contribuir para a redução das taxas de retenção e evasão nas instituições federais de ensino superior. Embora o PNAES preveja ações voltadas à moradia, à alimentação, à saúde e à creche, sua implementação depende da autonomia de cada instituição, o que resulta em políticas de acolhimento à maternidade estudantil bastante heterogêneas entre as universidades brasileiras (CUNHA; PAIVA, 2024).

Nos últimos anos, observam-se avanços legislativos voltados especificamente à permanência materna na educação superior. Destaca-se, nesse sentido, a sanção do projeto de lei conhecido como Mães Cientistas, de autoria da deputada federal Talíria Petrone, que assegura a estudantes e pesquisadoras da pós-graduação, em situação de maternidade, paternidade ou guarda de menores, a prorrogação dos prazos de conclusão de cursos e programas acadêmicos por período mínimo de cento e oitenta dias (BRASIL, 2022). Tramitam ainda, no Congresso Nacional, outras proposições voltadas ao tema, como projetos que buscam assegurar o acesso e a permanência de filhos ou pupilos nas instituições de ensino durante as aulas.

No âmbito do Poder Executivo, a Portaria do Ministério da Educação nº 2.005, de 14 de novembro de 2023, instituiu Grupo de Trabalho com a finalidade de promover estudos técnicos relacionados à elaboração de uma Política Nacional de Permanência Materna nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras, composto por representantes do próprio Ministério, de coletivos de mães e pais universitários e de entidades da sociedade civil (BRASIL, 2023). A criação desse Grupo de Trabalho é apontada pela literatura como resultado direto da mobilização política dos coletivos materno-universitários surgidos nos anos anteriores, os quais pautaram, junto às instâncias governamentais, a necessidade de uma política nacional específica para o tema (MOURA, 2026).

Em 2026, o Ministério da Educação formalizou a entrega do relatório final desse Grupo de Trabalho, elaborado a partir de diagnóstico nacional que ouviu 7.648 estudantes com filhos em todas as regiões do país. O relatório revela que 60% dos participantes não recebem qualquer auxílio financeiro institucional relacionado à maternidade ou à paternidade e que 66,2% das instituições públicas de ensino superior ainda não dispõem de espaços de apoio a estudantes com responsabilidades familiares, evidenciando que, apesar do reconhecimento formal do problema, sua tradução em políticas efetivas permanece incipiente (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2026).

Em paralelo à construção de uma política nacional, algumas instituições vêm implementando, de forma isolada, iniciativas voltadas à permanência materna, como a liberação de acesso gratuito de crianças pequenas aos restaurantes universitários, a instituição de licença maternidade estendida para estudantes de graduação e pós-graduação e a criação de espaços de convivência para famílias nas bibliotecas centrais. Embora relevantes, tais experiências permanecem circunscritas ao âmbito local, sem garantia de que sejam adotadas de forma equivalente em todo o sistema de ensino superior brasileiro (CUNHA; PAIVA, 2024).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de natureza exploratória e abordagem qualitativa, tendo como objetivo reunir, sistematizar e discutir a produção científica nacional publicada entre os anos de 2021 e 2026 sobre as dificuldades enfrentadas pelas alunas-mães para se manterem e concluírem sua formação no ensino superior. Segundo a literatura metodológica, a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador acessar um conjunto amplo de contribuições

teóricas e empíricas já produzidas sobre determinado fenômeno, possibilitando a construção de um panorama atualizado e a identificação de convergências, divergências e lacunas de conhecimento.

A busca das fontes foi realizada em bases de dados e repositórios de acesso aberto, entre os quais a Scientific Electronic Library Online, o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o Google Acadêmico e repositórios institucionais de universidades brasileiras, além de documentos oficiais disponibilizados nos sítios eletrônicos do Ministério da Educação e do Congresso Nacional. Os descritores utilizados, isolados e combinados, foram: mães universitárias, maternidade e ensino superior, permanência estudantil, evasão acadêmica, aluna-mãe e assistência estudantil, sempre em língua portuguesa, considerando que o recorte da pesquisa privilegia a produção nacional voltada ao contexto brasileiro.

Foram estabelecidos como critérios de inclusão trabalhos publicados entre 2021 e 2026, artigos científicos, monografias, dissertações, teses e documentos oficiais que abordassem, direta ou indiretamente, a permanência de estudantes mães na graduação ou na pós-graduação brasileira, e textos disponíveis integralmente em meio eletrônico. Como critérios de exclusão, foram descartados estudos centrados exclusivamente na maternidade na educação básica, trabalhos internacionais sem relação direta com o contexto e a legislação brasileira, e produções que, embora mencionassem o termo maternidade, não guardassem relação temática direta com a permanência no ensino superior.

O processo de seleção ocorreu em duas etapas. Na primeira, foi realizada leitura dos títulos e resumos dos trabalhos localizados, de modo a verificar sua aderência aos critérios estabelecidos. Na segunda etapa, os textos pré selecionados foram lidos na íntegra, permitindo a extração das informações relevantes para a construção do referencial teórico e da seção de resultados e discussão. Ao final desse processo, foram incorporados à revisão artigos científicos publicados em periódicos nacionais, trabalhos de conclusão de curso, um preprint acadêmico, além de normativas e documentos oficiais do Ministério da Educação, o que conferiu à análise um caráter multidimensional, articulando a produção acadêmica à dimensão normativa e institucional do tema.

A análise dos materiais selecionados seguiu uma lógica interpretativa e qualitativa, orientada pela identificação de categorias temáticas recorrentes entre os estudos, tais como

barreiras burocráticas, infraestruturais e sociais, impactos sobre a saúde física e emocional das estudantes, e avanços e lacunas do arcabouço legal e institucional. Essas categorias, apresentadas e discutidas na seção seguinte, não foram definidas a priori, mas emergiram da leitura sistemática dos textos analisados, em consonância com a proposta metodológica de estudos de revisão de literatura de natureza qualitativa.

Cabe registrar, como limitação metodológica, que a produção acadêmica brasileira sobre alunas-mães no ensino superior, embora crescente, ainda é predominantemente qualitativa e circunscrita a estudos de caso em instituições específicas, o que dificulta generalizações de caráter nacional. O diagnóstico produzido em 2026 pelo Grupo de Trabalho do Ministério da Educação representa, nesse sentido, um avanço relevante ao oferecer dados quantitativos de abrangência nacional, os quais foram incorporados a esta revisão como forma de complementar e atualizar os achados predominantemente qualitativos identificados na literatura acadêmica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Sobrecarga de Papéis e o Tempo como Recurso Escasso

A convergência mais evidente entre os estudos analisados diz respeito à sobrecarga de papéis vivenciada pelas alunas-mães, resultante da necessidade de conciliar, cotidianamente, as exigências acadêmicas, os cuidados com os filhos e, com frequência, o trabalho remunerado. Sousa (2023) descreve essa conciliação como uma tarefa cansativa e árdua, que exige das estudantes a criação constante de estratégias pessoais para dar conta de múltiplas demandas simultâneas. Resultado semelhante é apresentado por Rodrigues (2026), para quem a escassez de tempo figura entre os principais desafios relatados pelas mães universitárias, ao lado do cansaço físico e emocional decorrente da dupla ou tripla jornada.

Essa sobrecarga manifesta-se de maneira particular no cotidiano acadêmico, seja na dificuldade de participar de atividades extraclasse e de eventos científicos, seja na necessidade de priorizar, muitas vezes às pressas, entre cuidar do filho e cumprir um prazo acadêmico. Antloga et al. (2023) relatam que as mães universitárias entrevistadas em sua pesquisa descrevem sensação recorrente de estarem sempre em débito, seja com a universidade, seja com os filhos, o que compromete tanto o desempenho acadêmico quanto a qualidade do exercício da

maternidade. Tal sensação de dívida permanente aparece associada, na literatura, a sentimento de culpa e de insuficiência, que se somam ao cansaço físico como fatores de desgaste emocional.

A distribuição desigual do trabalho de cuidado entre homens e mulheres agrava esse quadro. Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, sistematizados por Cunha e Paiva (2024), as mulheres brasileiras dedicam, em média, quase o dobro do tempo semanal que os homens aos afazeres domésticos não remunerados, uma diferença que se acentua quando há crianças pequenas em casa. Para as alunas-mães, essa assimetria significa, na prática, menos horas disponíveis para estudo individual, para a realização de leituras complementares e para o descanso, elementos fundamentais ao bom desempenho acadêmico e frequentemente relegados a segundo plano diante da urgência das demandas de cuidado.

Diante dessa realidade, muitas alunas-mães desenvolvem estratégias individuais de enfrentamento, como a reorganização da rotina doméstica, a divisão de tarefas com familiares e o estudo em horários alternativos, frequentemente noturnos ou de madrugada. Rodrigues (2026) pondera, contudo, que tais estratégias, embora relevantes, mostram-se insuficientes quando não são acompanhadas de políticas institucionais estruturadas, uma vez que dependem quase exclusivamente do esforço pessoal da estudante e da eventual disponibilidade de sua rede familiar de apoio, fatores que variam consideravelmente entre as discentes e que nem sempre estão disponíveis, sobretudo para mães solo ou estudantes migrantes que residem longe de suas famílias de origem.

4.2 Infraestrutura Institucional e seus Limites

A insuficiência de infraestrutura institucional constitui outro eixo central dos achados desta revisão. A ausência de creches universitárias, de fraldários e de espaços destinados à amamentação nos campi é apontada, de forma recorrente, como um dos principais obstáculos à permanência das alunas-mães. Cunha e Paiva (2024) relatam, a partir de pesquisa-ação realizada em universidade pública cearense, que estudantes com filhos pequenos enfrentam dificuldades cotidianas até mesmo para tarefas básicas, como trocar a fralda da criança ou alimentá-la nos restaurantes universitários, cujos contratos, em muitos casos, restringem as refeições exclusivamente aos estudantes regularmente matriculados.

A acessibilidade física dos campi também aparece como fator limitante, sobretudo para gestantes em estágio avançado ou para mães que precisam se deslocar com carrinhos de bebê entre diferentes blocos e andares. Relatos sistematizados por Cunha e Paiva (2024) descrevem a dependência de terceiros, como seguranças e colegas, para acionar elevadores ou para obter apoio em situações de deslocamento, o que evidencia a ausência de planejamento arquitetônico e institucional sensível às necessidades dessas estudantes.

Poucas experiências institucionais têm buscado reverter esse quadro. Iniciativas como a liberação de acesso gratuito de crianças pequenas aos restaurantes universitários, a criação de espaços de convivência para famílias em bibliotecas centrais e a implantação de cuidotecas voltadas ao acolhimento de crianças durante o período de aulas, mencionadas no relatório do Ministério da Educação de 2026, representam avanços pontuais, mas ainda restritos a um número reduzido de instituições, especialmente as de natureza federal (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2026). Ainda segundo o relatório, 66,2% das instituições públicas de ensino superior brasileiras não oferecem qualquer espaço de apoio a estudantes com responsabilidades familiares, o que demonstra que tais experiências positivas permanecem exceção, e não regra, no sistema de ensino superior nacional.

A ausência de infraestrutura adequada não se limita ao espaço físico, estendendo-se também à dimensão pedagógica e administrativa. A rigidez de calendários acadêmicos, a inflexibilidade de horários de provas e a dificuldade de obtenção de segunda chamada em razão de intercorrências relacionadas aos filhos são apontadas por Rodrigues (2026) como fatores que, somados à falta de espaços físicos de acolhimento, contribuem para o atraso na conclusão dos cursos e, em casos extremos, para o trancamento ou abandono definitivo da graduação.

4.3 Impactos sobre a Saúde Física e Emocional

Os impactos da maternidade estudantil sobre a saúde física e emocional das discentes constituem outro eixo relevante identificado na literatura consultada. Antloga et al. (2023) descrevem prejuízos físicos, psíquicos e sociais relatados por mães universitárias, associados à privação de sono, à alimentação inadequada e à ausência de tempo para atividades de lazer e autocuidado, fatores que, somados à pressão constante por desempenho acadêmico, favorecem quadros de esgotamento físico e mental.

No campo da saúde mental, Araújo (2026) investigou especificamente as vivências de depressão entre mães universitárias, constatando que a sobreposição de papéis, associada à falta de suporte institucional e, em determinados casos, também familiar, constitui fator de risco relevante para o desenvolvimento de sintomas depressivos entre essas estudantes. A autora destaca que, quando não identificados e acolhidos por serviços de apoio psicológico das instituições, tais sintomas tendem a comprometer ainda mais a concentração, a motivação e o desempenho acadêmico, criando um ciclo de retroalimentação entre sofrimento psíquico e dificuldades de aprendizagem.

Esse cenário é agravado pela escassez de serviços de apoio psicológico voltados especificamente às demandas da maternidade estudantil nas instituições de ensino superior brasileiras. Embora diversas universidades disponham de núcleos de apoio psicopedagógico, poucos contam com profissionais capacitados para lidar com as especificidades da maternidade vivenciada durante a formação acadêmica, o que faz com que muitas alunas-mães recorram a atendimentos externos, quando têm condições financeiras para tanto, ou simplesmente não recebam qualquer tipo de suporte especializado.

A dimensão emocional da experiência materna universitária também se manifesta no sentimento de solidão relatado por estudantes migrantes e internacionais, distantes de suas redes familiares de apoio. Cunha e Paiva (2024) registram, a partir de relatos de estudantes internacionais, que a ausência de rede de apoio local intensifica a sensação de isolamento, tornando ainda mais desafiadora a tarefa de conciliar maternidade e vida acadêmica em um contexto de vulnerabilidade social acumulada.

4.4 Entre Avanços Normativos e Lacunas Práticas

Ao mesmo tempo em que se observam avanços normativos recentes, como a Portaria do Ministério da Educação nº 2.005, de 2023, e a legislação conhecida como Mães Cientistas, os dados sistematizados nesta revisão indicam que tais avanços ainda não se traduziram, de forma generalizada, em mudanças concretas na experiência cotidiana das alunas-mães. O próprio relatório final do Grupo de Trabalho instituído pela referida portaria reconhece que a maior parte das estudantes com filhos não recebe qualquer auxílio financeiro institucional relacionado à maternidade, o que evidencia um descompasso entre o reconhecimento formal do problema e

sua efetiva tradução em políticas de assistência estudantil (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2026).

Esse descompasso é compreendido, na literatura analisada, como resultado da autonomia conferida a cada instituição de ensino superior para regulamentar e implementar suas próprias políticas de assistência estudantil, o que produz uma heterogeneidade significativa entre universidades de uma mesma rede e, sobretudo, entre o sistema federal e as demais redes de ensino superior. Enquanto algumas instituições avançam na criação de licenças maternidade estendidas, auxílios específicos e espaços de acolhimento, outras permanecem alheias à discussão, tratando a maternidade estudantil como uma questão de responsabilidade exclusivamente individual (CUNHA; PAIVA, 2024).

A mobilização dos coletivos materno-universitários surge, nesse cenário, como elemento fundamental para a manutenção do tema na agenda institucional e governamental. Moura (2026) argumenta que esses coletivos não apenas oferecem suporte prático e emocional às mães estudantes, mas também atuam como espaços de produção de conhecimento sobre a própria experiência da maternidade universitária, contribuindo para qualificar o debate público e para pressionar por políticas mais efetivas. A autora ressalta, contudo, que a sustentabilidade desses coletivos depende, em grande medida, do voluntariado das próprias estudantes, o que os torna vulneráveis a descontinuidades quando suas integrantes concluem os cursos ou enfrentam, elas mesmas, sobrecarga incompatível com a manutenção da militância.

A análise conjunta dos estudos revisados permite afirmar que a construção de uma política nacional de permanência materna consistente demanda mais do que reconhecimento formal do problema, exigindo investimento orçamentário específico, formação de gestores e docentes para o acolhimento adequado das alunas-mães, e mecanismos de acompanhamento que permitam avaliar, ao longo do tempo, o impacto das ações implementadas sobre os índices de permanência e conclusão de curso dessas estudantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo analisar, por meio de revisão bibliográfica dos últimos cinco anos, as principais dificuldades enfrentadas pelas alunas-mães para se manterem e concluírem sua formação no ensino superior brasileiro. A partir da literatura consultada, foi possível identificar que essas dificuldades se organizam em torno de fatores burocráticos,

infraestruturais, sociais, emocionais e financeiros, que se articulam entre si e produzem um quadro de vulnerabilidade acumulada para as estudantes que vivenciam a maternidade durante a graduação.

Os resultados evidenciam que a sobrecarga decorrente da conciliação entre maternidade, estudos e, frequentemente, trabalho remunerado constitui o eixo central das dificuldades relatadas pelas alunas-mães, produzindo efeitos sobre o tempo disponível para os estudos, sobre a saúde física e emocional dessas discentes e, em última instância, sobre os índices de trancamento, atraso e evasão acadêmica. A insuficiência de infraestrutura institucional, manifesta na ausência de creches universitárias, espaços de amamentação e flexibilização de calendários acadêmicos, agrava esse cenário, assim como os estigmas sociais que ainda associam a maternidade a uma suposta incompatibilidade com a vida universitária.

No plano normativo, observam-se avanços recentes relevantes, como a instituição do Grupo de Trabalho responsável pela elaboração de uma Política Nacional de Permanência Materna nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras e a legislação que assegura a prorrogação de prazos acadêmicos em razão da maternidade. Contudo, tais avanços ainda não se traduziram em mudanças estruturais e generalizadas na experiência cotidiana das alunas-mães, permanecendo, em grande medida, dependentes de iniciativas pontuais e localizadas em determinadas instituições.

15

Conclui-se, portanto, que a permanência das alunas-mães no ensino superior brasileiro ainda depende, majoritariamente, de estratégias individuais de enfrentamento, o que reforça a urgência de políticas públicas e institucionais que reconheçam a maternidade como uma condição estrutural a ser considerada na gestão acadêmica, e não como uma circunstância privada a ser resolvida exclusivamente pela própria estudante e por sua rede pessoal de apoio.

Como contribuição, este artigo sistematiza, de forma articulada, achados dispersos na literatura recente sobre o tema, oferecendo um panorama atualizado que pode subsidiar tanto a reflexão acadêmica quanto a formulação de políticas institucionais voltadas à permanência materna. Como limitação, reconhece-se que a natureza bibliográfica do estudo não permite captar, em profundidade, as especificidades regionais e institucionais que certamente atravessam a experiência das alunas-mães em diferentes contextos do país, tampouco esgota a produção acadêmica sobre o tema, em constante crescimento.

Sugere-se, para pesquisas futuras, a realização de estudos quantitativos de abrangência nacional que permitam mensurar, de forma mais precisa, os índices de evasão e conclusão de curso entre alunas-mães, bem como pesquisas voltadas à avaliação da efetividade da Política Nacional de Permanência Materna, uma vez que seja regulamentada e implementada. Recomenda-se, ainda, que estudos posteriores investiguem, de forma mais aprofundada, o papel da docência e das práticas pedagógicas no acolhimento dessas estudantes, tema que, embora não tenha sido objeto central desta pesquisa, mostrou-se recorrentemente associado, na literatura consultada, à experiência de permanência das alunas-mães no ensino superior.

REFERÊNCIAS

ANTLOGA, C. S. et al. Percepção de danos físicos, psíquicos e sociais no trabalho de ser mãe universitária. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 43, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://qai.scielo.br/j/pcp/a/wvTKwnSdpfdqP6yd7V6HpVh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 set. 2026.

ARAÚJO, Leyva Maria Soares Sá. Vivências de depressão em mães universitárias. 2026. Artigo (Graduação em Educação Física) – Universidade Federal do Norte do Tocantins, Tocantinópolis, 2026. Disponível em: <https://solaris.ufnt.edu.br/bitstreams/ageeb910-8665-4924-b659-a5f79f15e523/download>. Acesso em: 17 set. 2026.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 1.741, de 2022. Institui o Programa Mães Cientistas e dá outras providências. Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2194262&filename=Avulso+-PL+1741/2022. Acesso em: 17 set. 2026.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 17 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975. Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 abr. 1975. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6202.htm. Acesso em: 10 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 2.005, de 14 de novembro de 2023. Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de promover estudos técnicos relacionados à Política Nacional de Permanência Materna nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 nov. 2023. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-2005-2023-II-14.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2026.

CANAL, Cláudia Patrocínio Pedroza; FIGUEIREDO, Zenólia Christina Campos. Permanência na educação superior pública. *Revista Docência do Ensino Superior*, Belo Horizonte, v. 11, mar. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2021.24242>. Acesso em: 20 ago. 2026.

CUNHA, Ana Cássia Alves; PAIVA, Geórgia Maria Feitosa e. As barreiras à permanência de estudantes mães no ensino superior. *Inter-Ação*, Goiânia, v. 49, n. 3, p. 1711-1725, set./dez. 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5216/ia.v49i3.80342>. Acesso em: 21 ago. 2026.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS (FONAPRACE). V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras. Uberlândia: Andifes, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2026.

HERINGER, Rosana. Permanência estudantil no ensino superior público brasileiro. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 37, n. 2, dez. 2022. Disponível em: [https://doi.org/10.33148/ces\(2143\)](https://doi.org/10.33148/ces(2143)). Acesso em: 29 ago. 2026.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. MEC debate permanência materna no ensino superior. Brasília, DF: Agência Gov, 26 jan. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202401/mec-debate-permanencia-materna-no-ensino-superior>. Acesso em: 03 set. 2026.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. MEC publica relatório sobre permanência materna nas universidades. Brasília, DF: Secretaria de Educação Superior, 2 jul. 2026. Disponível em: <https://conexaomt.com/educacao/mec-publica-relatorio-sobre-permanencia-materna-nas-universidades/>. Acesso em: 09 set. 2026.

MOURA, Ivana de Oliveira Eugênio de Souza. Maternidade e permanência no ensino superior: coletivos materno-universitários e a produção de pertencimento em universidades brasileiras. *SciELO Preprints*, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17769>. Acesso em: 12 set. 2026.

RODRIGUES, Franciely Cristina. Trabalho, estudo e maternidade: desafios da permanência de mães universitárias nos cursos de graduação. 2026. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Instituto Federal de Minas Gerais, Bambuí, 2026. Disponível em: <https://repositorio.ifmg.edu.br/bitstreams/23581deo-04a6-406f-9d42-a81724fe2924/download>. Acesso em: 15 set. 2026.

SOUSA, Taiane Meireles. Mães universitárias: experiências e desafios da maternidade e da vida acadêmica em São Bernardo, Maranhão, Brasil. *Infinitum Revista Multidisciplinar*, São Bernardo, v. 10, n. 6, p. 84-108, 2023. Disponível em: <https://cajapio.ufma.br/index.php/infinitum/article/download/21817/12052/68355>. Acesso em: 16 set. 2026.

URPIA, Ana Maria de Oliveira; SAMPAIO, Sonia Maria Rocha. Tornar-se mãe no contexto acadêmico: dilemas da conciliação maternidade e vida universitária. *Recôncavos: Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras*, v. 3, n. 2, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufrb.edu.br/index.php/reconcavos/article/download/1094/663/2683>. Acesso em: 17 set. 2026.